



Diário Notícias
Dinheiro Vivo

18-01-2020

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 23750

Temática: Sociedade

Dimensão: 2367 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5

ENTREVISTA DV/TSF — P. 04 E 05

Luís Cabral
“A economia portuguesa vai liderar exportação de serviços de educação e saúde”



A VIDA DO DINHEIRO

Luís Cabral “Acabar com a pobreza não é só pôr as pessoas a ganhar mais de 2 dólares/dia”

O economista acredita que a próxima crise será social, não económica. Diz que Portugal deve ser exportador de serviços de saúde e educação. E defende uma nova segurança social. *Texto: Rosália Amorim e Hugo Neutel (TSF)*

Depois da crise financeira, da dívida e da troika, Portugal tem sido apontado agora como um exemplo. Será um exagero?

Sim e não. Portugal sofreu muito porque teve uma política de austeridade drástica – em muitos aspetos, talvez demasiado drástica, mas que teve benefícios. Temos aqui uma janela de oportunidade, um período de certa acalmia no que respeita à situação financeira do Estado que nos permite um otimismo relativamente à política económica dos próximos anos. Pode ser um caso de sucesso, mas é um sucesso que teve custos.

Quer explicar melhor?

O custo da austeridade. Nós passámos de facto anos muito difíceis. Em grande parte, as medidas de austeridade foram necessárias, porque estávamos numa situação muito delicada – até porque a questão da dívida externa não é puramente económica, de contabilidade, é também uma questão de psicologia económica, das expectativas que se cria. E a verdade é que os governos e os ministros das Fi-

nanças da altura, com o custo político e económico que toda a política teve, conseguiram criar uma imagem de um país com um nível de responsabilidade orçamental que permite ganhar confiança nos mercados internacionais. Essa reputação de responsabilidade orçamental tem um valor altíssimo. É um valor que foi adquirido e que temos de saber gerir bem. E temos gerido, de facto, mantendo uma certa disciplina orçamental para continuar a ter esta reputação de uma economia em que se pode confiar do ponto de vista macroeconómico.

Na última legislatura, o governo desenhou orçamentos virados sobretudo para a devolução de rendimentos e consumo das famílias. As exportações ainda estão a subir, mas menos. Este caminho é sustentável?

Penso que sim, Portugal é um país que tem uma vocação de exportação e sou muito otimista em relação ao século XXI. Temos uma tradição de exportação, principalmente de produtos primários e mercado-

rias, indústria cada vez mais sofisticada. Seremos tendencialmente uma economia com vocação de exportação de serviços, não produtos. E nas áreas da educação, saúde, turismo, coisas ligadas a tempos livres – um bem que aumentará muito rapidamente. Nesse sentido, estamos bem posicionados. Desde que haja uma política económica básica, criação de condições para o desenvolvimento da atividade económica nestes setores, estou confiante de que a economia portu-

“A insustentabilidade da segurança social não é um problema só demográfico, é da gestão orçamental, que não tem sido transparente.”

guesa irá reinventar-se e tornar-se um líder mundial na exportação deste tipo de serviços. Já verificamos isso no turismo, mas há muitas áreas ligadas à saúde, à educação prestada de uma forma muito lata, não apenas escolar e universitária, em que podemos fazer muito e criar um crescimento diferente mas perfeitamente sustentável.

Olhando um pouco para dentro, há algumas preocupações relativas ao crédito à habitação e ao consumo, que estão a crescer... É um sinal de vitalidade da economia ou de preocupação?

Ambos. O acréscimo desse tipo de atividade mostra que a economia está a ressurgir. Mas há sempre o perigo de sobreaquecimento. No caso da habitação, temos exemplos não muito longínquos de o sobreaquecimento levar a bolhas especulativas... No caso do mercado de habitação, seria bom fazer crescer também o do arrendamento. Uma grande vantagem do mercado de arrendamento é que permite uma mobilidade económica maior, que é um fator muito importante



Um economista em Nova Iorque

Luís Cabral é professor de Economia e já passou pelas instituições de ensino mais prestigiadas do mundo. Deu aulas em Londres, Berkeley, Yale e em Lisboa é professor na AESE Business School. É também docente na Universidade de Nova Iorque (NYU). Diz que as alterações climáticas são “o verdadeiro desafio global” e opõe-se à ideia de acabar com viagens de avião por causa do clima. “É uma ideia romântica, mas só reduziria em 2,5% as emissões.”

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 23750

Temática: Sociedade²

Dimensão: 2367 cm

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5



LEONARDO NERINO/GLOBAL IMAGES

para o desenvolvimento da economia. Quando a maioria compra casa em vez de alugar, tem menos mobilidade. É importante que haja um certo balanço entre o crescimento das vendas e das rendas. O mercado de arrendamento em Portugal tem um grande problema, o da estabilidade legal. A reputação de um país em relação à estabilidade legal das regras do mercado é muito importante para que os senhorios queiram entrar e em Portugal tem-se feito muitas alterações. É uma área em que devia haver um pacto entre os principais partidos, porque, além das regras de funcionamento do mercado, é muito importante que haja estabilidade de médio-longo prazo.

Tem-se debatido a subida contínua da carga fiscal mas o governo diz que o aumento vem do crescimento das contribuições para a segurança social... Como é que se mede a carga fiscal?

Essa pergunta aponta para um problema muito grande, que é a estrutura do sistema de segurança social (SS), que é uma grande confusão. A segurança social resolve vários problemas: o de poupança; a função de redistribuição, porque há pessoas que acabam por ter reformas superiores aos descontos; e também o seguro social. Isto leva a uma falta de transparência em relação a todo o sistema de solidariedade social que é muito negativa. A proposta que já fiz é de uma reforma profunda do sistema da segurança social, uma reforma de contabilização. Não necessariamente uma reforma estrutural de separação das contribuições da segurança social da tributação das empresas, separação entre função distributiva e função de poupança e criação de contas individuais. Mesmo que não sejam contas individuais contabilizadas, porque isso já seria uma grande diferença.

Uma espécie de conta-corrente do cidadão com a SS?

Na cabeça das pessoas não é assim que funciona... É um sistema *pay as you go*, mas na cabeça do contribuinte é "este dinheiro é meu, quero a minha pensão, fui eu que descontei". Porque não pôr o sistema, do ponto de vista de contabilização, desta forma? Neste momento, há uma separação muito subtil entre SS e Orçamento do Estado (OE), o que cria enormes tentações aos governos de passar

barreiras e, porque não, roubar dinheiro ao sistema de segurança social para pôr no OE.

Como assim?

A insustentabilidade do sistema não é apenas um problema demográfico, é um problema da gestão orçamental que tem sido feita e que não tem sido transparente. E que tem transferido fundos para o OE. A primeira reforma que faria seria transformar o sistema de forma que se tornasse mais transparente, mais claro, com as contas individuais. Esta ideia de desligar o sistema da SS do emprego, que seria parte do meu plano, é algo que choca muito, mas vamos pensar no sistema americano: as pessoas tipicamente têm seguro de saúde através do emprego – começou na Segunda Guerra. Para um europeu, isso não faz sentido; porque é que o seguro de saúde está ligado ao emprego? Eu concordo, não faz. O meu passo seguinte é a SS, que de certa forma é um seguro, tem essa função também. Porque fazer depender essa função do emprego?

É uma forma de financiamento.

É. É muito mais fácil cobrar essas contribuições através do emprego. Mas pensando nos custos que isso implica, com a carga fiscal, considerando o futuro, em que haverá cada vez mais distinção entre emprego e trabalho, será até tarde demais e será necessário pensar numa separação entre os dois.

Gostaria de ter uma função política para realizar essas ideias?

Não. Um bom comentador de futebol não joga a ponta-de-lança. Mas gostaria de conversar com pessoas sobre isto. Por exemplo: se contrato uma pessoa e lhe pago o salário mínimo [635 euros], estou a ter um encargo de 1300 a 1500. E depois há queixas de que não há mais emprego... Com esta carga fiscal não é de espantar muito.

Portugal pode ser competitivo do ponto de vista fiscal?

Penso que sim. Também seria necessário fazer mais trabalho a nível da União Europeia para criar um clima de concorrência leal entre países. Se pudesse fazer alguma coisa, tentaria reduzir a carga fiscal no trabalho.

A próxima de crise de que tanto se fala é inevitável?

Se me pergunta sobre recessão, sim, virá aí mais tarde ou mais cedo. Este tem sido um dos períodos mais longos da história recente das eco-

nomias ocidentais de não recessão. Mas uma crise como a de 2008, 2009, 2010? Não me parece que haja sinais... Quanto muito, poderá haver uma crise social. Paris e Santiago do Chile podem ser sinais de uma movimentação mais global, mas isso seria mais do que uma crise económica.

Veio a Portugal dar uma aula sobre a economia do Papa Francisco. Para que temas é que nos alerta o Papa e que o professor considerava prementes?

Com este Papa há uma preocupação muito maior com temas sociais, mas também com a própria economia e a forma como os Estados deveriam dar um contributo para a sua gestão. Há uma diferença de ênfase e de estilo. A diferença de ênfase é talvez pondo maior peso nas falhas da economia de mercado. A diferença de estilo é a de ser mais agressivo, provocante. Mas as ideias são mais ou menos as mesmas. João Paulo II preocupou-se muito com o combate ao comunismo; Bento XVI agiu contra a ditadura do relativismo; este Papa passa pelo combate à globalização da indiferença, a ideia de que o crescimento por si só não resolve o problema da justiça social, da pobreza. A pobreza tem uma dimensão absoluta e essa melhorou imenso nas últimas décadas. Tirámos cerca de mil milhões de pessoas da pobreza. Mas há também um sentido relativo: uma pessoa não precisa de internet para sobreviver, já não estamos a falar dos dois dólares por dia... A pessoa come, bebe e tem onde viver. Mas sem acesso à economia digital está excluída de experiências sociais, de acesso a uma série de serviços, do resto das pessoas. Este aspeto talvez seja o mais polémico. Os meus colegas estão muito chocados com esta ideia: como é que ele pode dizer isto quando tirámos mil milhões da pobreza em 30 anos? Acabar com a pobreza não é só pôr as pessoas a ganhar mais de dois dólares por dia.